

Uma análise institucionalista do dinheiro: uma história e o significado social do dinheiro

Claudia Lucia Bisaggio Soares

RESUMO:

Por extensão da perspectiva de progresso como algo inexorável e evolutivo, dominante no mundo ocidental, tende-se a ver o dinheiro também como uma instituição que, a partir de algum momento, passou a integrar o nosso arsenal social e desde então vem atravessando etapas, de forma sucessiva e linear, até atingir a conformação atual (“naturalmente” mais eficiente). Entretanto, tanto no passado como no presente, em culturas diferentes ou em situações de exclusão do mercado capitalista, formas diferentes de dinheiro foram adaptadas a realidades distintas e persistem sendo utilizadas. Todos os dias novas formas de movimentar, distribuir ou intercambiar produtos e serviços são criadas. Por tudo isso se busca nesse artigo contar uma das histórias do dinheiro, aquela que procura resgatar as suas diferentes formas e significados sociais.

Uma análise institucionalista do dinheiro: uma história e o significado social do dinheiro

Claudia Lucia Bisaggio Soares

Por extensão da perspectiva de progresso como algo inexorável e evolutivo, dominante no mundo ocidental, tende-se a ver o dinheiro também como uma instituição que, a partir de algum momento, passou a integrar o nosso arsenal social e desde então vem atravessando etapas, de forma sucessiva e linear, até atingir a conformação atual (“naturalmente” mais eficiente). Entretanto, tanto no passado como no presente, em culturas diferentes ou em situações de exclusão do mercado capitalista, formas diferentes de dinheiro foram adaptadas a realidades distintas e persistem sendo utilizadas. Todos os dias novas formas de movimentar, distribuir ou intercambiar produtos e serviços são criadas. Por tudo isso, nos próximos parágrafos, se buscará contar uma das histórias do dinheiro, aquela que procura resgatar as suas diferentes formas e significados sociais.

Para se resgatar a utilização do dinheiro no mundo primitivo e antigo será utilizada, basicamente, a argumentação de Karl Polanyi. No que concerne ao mundo moderno e contemporâneo, serão acrescentadas outras elaborações, algumas mais específicas, como a de John Galbraith em relação à história do dólar norte americano – utilizado como exemplo moderno de construção de diferentes de moedas para objetivos distintos – além de Jérôme Blanc para referenciar as moedas paralelas na economia contemporânea.

1. Uma definição institucional do dinheiro

A noção moderna de dinheiro está associada à idéia da generalização de um único meio de pagamento (ou seja, apenas algumas ou mesmo um bem específico é aceito como intermediário na troca de bens ou pagamento por eles), mas não necessariamente com a fixação de unidades monetárias. De qualquer forma, representa um degrau acima nas relações de troca, deixando essas de se caracterizarem por escambo (troca de bens diretamente por outros bens), para serem marcadas pela presença do meio de pagamento – dinheiro – que pode ser representado por mercadorias específicas para bens específicos (pluralidade de meios de pagamentos) ou de um meio de pagamento único (em geral o metal cunhado/moeda ou uma mercadoria padrão). Contemporaneamente a moeda corrente, a que tem curso legal e livre dentro de um país, é a que melhor desempenha o papel de dinheiro.

Já a idéia de moeda diz respeito, mais especificamente à materialização do conceito de dinheiro, via um signo de valor. Tal signo de valor pode ser representado numa peça de metal (forma surgida na Lídia, no século VII a.C., posteriormente desenvolvida e difundida pelos gregos) ou em qualquer outra *coisa*. O papel-moeda é um formato mais recente, data do século IX, na

China, e foi introduzido na Europa a partir do século XVII. No início a emissão deveria corresponder exatamente à quantidade de metal depositado no banco, funcionando como algo que imprimia um direito sobre o depósito. Entretanto, no mundo moderno, foram emitidos recibos e “certificados de depósitos” em quantidades maiores que o metal guardado, se aproveitando da defasagem natural entre as transações econômicas. Segundo a perspectiva do direito interno (nacional), a moeda atual é “um título de poder liberatório emitido pelo Estado, com curso forçado decorrente da lei e com aceitação obrigatória para cancelar débitos” (MENDES; NASCIMENTO, 1991, p. 76).

Uma das formas de distinção que pode ser feita entre dinheiro e moeda é que o dinheiro normalmente é reconhecido através das funções que é capaz de cumprir. Enquanto a moeda está mais ligada a forma que o dinheiro toma no exercício das referidas funções, entretanto o usual é referir-se a ambos de maneira indiferente.

O dinheiro, enquanto parte de um sistema de medidas, funciona como parâmetro em relação à importância de um objeto ou serviço para as pessoas e a sociedade em geral em uma situação determinada, não revelando, contudo, nenhuma característica física do objeto em si. Ou seja, embora faça parte de um sistema semântico organizado segundo um código de regras em sua estrutura formal, o dinheiro primitivo reserva outras características, uma vez que não existe um símbolo ou grupo de símbolos que possa ser utilizado para todos os fins (POLANYI, 1994).

Dito de outra forma, o dinheiro moderno, com a sua característica principal de servir para intermediar qualquer intercâmbio entre bens e serviços não existia na vida primeva ou antiga. Nessas sociedades as diferentes funções do dinheiro recaem sobre objetos diferentes, mais especificamente sobre um grupo de objetos. Nelas a distinção entre os diversos usos do dinheiro não é, basicamente, acadêmica como no mundo moderno, no qual o que é aceito como meio de troca exerce também as funções de padrão de valor, reserva de valor e meio de pagamento; nas sociedades pré-modernas cada dinheiro tem seu uso, e alguns de seus usos, como o ornamental e o mágico não chegaram a ser incorporados na noção moderna de dinheiro.

Seguindo os argumentos desenvolvidos no capítulo anterior, a moeda é uma instituição construída, não neutra, na medida em que influencia na demanda por outros bens e serviços reais, ou seja, afeta o ritmo e a natureza do processo de acumulação de capital, sua quantidade pode ser determinada inicialmente de maneira exógena ao sistema econômico, mas tende a ter seu comportamento endogenizado (CARVALHO, 1992) e sua conformação, amplitude de utilização e funções que desempenha depende dos valores, das possibilidades e da formação social em que está imbricada.

2. Experiências monetárias pré-modernas

Segundo Polanyi (1994), alguém que se interesse pelo estudo das instituições econômicas deve abordar o dinheiro através de suas funções, uma vez que ele não é exclusivamente um sistema formal, uma linguagem e tão pouco uma característica intrínseca de algum material ou objeto; embora qualquer um desses possa, em determinadas situações, vir a ser utilizado como tal.

O autor lembra que, mesmo antes de maiores logros conceituais (como a escrita e os símbolos matemáticos), a humanidade já possuía mecanismos que a permitia realizar a administração e a provisão de sua subsistência (a economia). Como exemplos tem-se o ábaco; a utilização de caixas e contas coloridas, em paralelismo a quantidades físicas de outros objetos; e mesmo mecanismos intangíveis, porém operacionais, como o sistema dual da administração civil e militar de Dahomey, baseado na simetria como meio técnico para controlar a burocracia, sendo o dinheiro antigo mais um desses meios técnicos usado para quantificar objetos.

“Nem a administração nem a economia poderiam ter funcionado sem essas intervenções que não eram tanto mecanismos no sentido material, como nos referimos aos modernos, como no sentido semântico de ativar os poderes mentais sem nenhum esforço conceitual. O que os sistemas semânticos conseguem com a ajuda dos símbolos, o mecanismo técnico o consegue mediante operações manuais.” (POLANYI, 1994, p. 181, tradução nossa).

Assim, analisando a origem e os usos do dinheiro, Polanyi acredita ser fundamental a conexão existente entre os objetos físicos e as operações realizadas com eles. Nesse sentido, uma característica fundamental dos objetos utilizados como dinheiro é que são quantificáveis. Pode-se então se referir ao dinheiro quando se encontram unidades físicas intercambiáveis utilizadas para: (a) pagamento, quando o uso de certos objetos implica no cancelamento de uma obrigação, mediante a entrega deles (objetos quantificáveis, consumíveis no tempo) e que sejam aceitos também como pagamentos em situações diferentes; (b) padrão de valor, quando se utilizam esses objetos como se fossem uma unidade física de medida, para se realizarem operações aritméticas entre objetos de diferentes tipos (maças e laranjas, como exemplo clássico); (c) reserva de valor, quando esses objetos quantificáveis são reunidos para sua própria utilização futura ou simplesmente para formar um tesouro (que pode resultar em prestígio, poder e outras influências para quem o possui) e (d) meio de troca, quando objetos quantificáveis são utilizados para intermediar trocas. Excepcionalmente, podem ser encontradas no mundo antigo, unidades ideais, não físicas, como palavras pronunciadas ou registros escritos, que foram utilizadas no cumprimento de algumas das funções do dinheiro.

Convém ressaltar que Polanyi mostra que, ao contrário do que economistas como Smith e Ricardo, além de alguns sociólogos como Mauss, Spencer, Durkheim e mesmo Simmel, a utilização primeira do dinheiro foi como meio de pagamento, não como meio de troca, sendo este uso pouco

difundido nas sociedades primitivas ou mesmo nas antigas. Embora em uma economia de mercado, como a atual, servir de meio de troca seja a principal função do dinheiro (que acaba por subjugar as outras), em economias pré-modernas não havia nem essa proeminência, nem a noção de um equivalente geral, de um só dinheiro para todas as funções.

E, entretanto, mesmo na Europa Ocidental a noção básica de mercado interno foi fruto da ação dos estados nacionais modernos, uma vez que:

“Os mercados não são instituições que funcionem principalmente dentro de uma economia, mas fora dela. Eles são locais de encontro para um comércio de longa distância. Os mercados locais, propriamente ditos, são de pouca importância. Além disso, nem os mercados a longa distância, nem os mercados locais são essencialmente competitivos. Conseqüentemente, tanto num como noutro caso é pouca a pressão para se criar um comércio territorial, o assim chamado mercado interno ou nacional” (POLANYI, 1980, p. 73).

Assumir essa perspectiva implica em questionar a unidade semântica, por assim dizer, da história do dinheiro, significa permitir momentos de ruptura, negar uma evolução linear em contraste com uma perspectiva que identifica a instituição monetária como encontrada na moderna sociedade de mercado como o cume de um processo evolutivo, e aceitar a existência de vários tipos de dinheiro, de moedas, desenvolvendo-se em um movimento simultaneamente coordenado e articulador dos sistemas econômico-sociais e seus valores. É trabalhar com base nos relatos históricos onde se encontram sociedades com dinheiro e sem mercado, com mercado e sem moeda e com preços, dinheiro/moeda e mercado, mas sem sistema de mercado formador de preço.

“Na realidade, algumas formas de comércio e vários usos do dinheiro tem grande importância na vida econômica de forma independente e, inclusive são anteriores aos mercados; e mais, quando estão presentes os elementos de mercado estes não implicam, necessariamente, na existência do mecanismo oferta-demanda preço. Os preços, originalmente são estabelecidos pela tradição ou a autoridade, e suas variações, quando acontecem, se realizam mediante métodos institucionais; é a origem dos preços flutuantes, não dos fixos, o problema que se apresenta ao historiador da antiguidade. (...) na realidade dívidas e obrigações são fenômenos primitivos anteriores a existência de mercados e as antigas economias baseadas no armazenamento praticavam a planificação financeira muito antes que a utilização do dinheiro como meio de troca ganhasse importância”. (POLANYI, 1994, p. 69 - 70, tradução nossa)

Nas sociedades primitivas e arcaicas, Polanyi identifica que as relações de movimento de bens (ações de dar e receber) – a base da subsistência humana, o sistema econômico com suas tecnologias, acordos sociais e sistemas de comunicação – está incrustada em uma rede de compromissos sociais e políticos mais amplos, que não permite ao indivíduo fazer valer seu “máximo benefício” econômico (ou seja, da racionalidade econômica) mesmo na presença do dinheiro, de mercados, do comércio e de preços. Antes do sistema de mercado moderno, essas

instituições já tinham história própria e independente do mecanismo de oferta-demanda-preço dele derivado.

Polanyi considera que a organização social do poder de apropriação (direitos e obrigações), que organiza a relação dos homens na aquisição e utilização de mercadorias e serviços, bens de valor e a inclusão dos trabalhadores no processo econômico, estabelece a matriz institucional que organiza as relações econômicas homem a homem e também define o lugar da economia na sociedade. Segundo Pearson¹, embora Polanyi não tenha dito explicitamente, suas três “formas de integração”, tipos básicos de movimentos institucionalizados que organizam o processo econômico, correspondem à esfera de apropriação da organização social da economia: a reciprocidade, que pode ser chamada também de mutualidade ou tradição, a redistribuição e o intercâmbio (o *locus* da racionalidade econômica, e do sistema de mercado formador de preços). Cada uma responde por valores, modo de organização e lógica de funcionamento social, político e econômico próprio, e dependem para funcionar efetivamente de estruturas institucionais específicas.

No caso da redistribuição, por exemplo, não é possível haver continuidade caso não exista um centro do qual se origine a redistribuição. Ou seja, não bastam as motivações pessoais, como a natureza humana “propensa à troca” smithiana, pois ações esporádicas são incapazes de produzir o agente integrador dessa formação que é o preço. Sendo assim, o intercâmbio, enquanto uma forma de integração depende da existência de um sistema de mercado que, segundo o autor, não se origina “naturalmente” dessas mesmas ações esporádicas de intercâmbio². De fato, Polanyi desenvolve o argumento de Malinowski, que indicou que as situações recíprocas nas sociedades humanas estão sempre apoiadas em formas básicas de organização simétricas, reconhecendo que a reciprocidade tem a simetria como estrutura de apoio; a redistribuição, o centro; e o intercâmbio, o sistema de mercado.

“Estas observações ajudam a esclarecer como e porque as atitudes pessoais individuais não conseguem ter efeitos sociais em ausência de condições sociais necessárias. Somente em um ambiente organizado simetricamente derivam as atitudes recíprocas em instituições econômicas de importância; apenas onde previamente existem centros, pode a atitude cooperativa dos indivíduos produzir uma economia redistributiva; e só em presença de mercados instituídos com esse propósito, a atitude trocadora dos indivíduos criará preços que integrem as atividades econômicas da comunidade” (POLANYI, 1994, p. 112, tradução nossa).

Malinowski com seu estudo sobre as ilhas Trobriand apresenta o sistema mais comprovado de reciprocidade enquanto forma de integração, sendo as doações e contra doações que expressam a reciprocidade entre os bens que são movimentados e os serviços prestados. A pessoa apropriada deverá corresponder na situação adequada com o tipo de objeto de acordo, sendo a pessoa adequada

¹ Na Introdução da obra “El sustento del hombre”, de Karl Polanyi, editada por Harry Pearson, após a morte do autor.

a essa transação a que se encontrar simetricamente situada. Espera-se uma conduta geral de equidade e consideração nessas transações, sem espaço para regateios, evitando-se demonstração de interesse próprio.

A redistribuição exige a recolha dos bens e disponibilidades de serviço para serem então redistribuídos de acordo com a tradição, a lei ou qualquer outro tipo de decisão central. Pode surgir por necessidades diversas e em escalas bastante distintas. Enquanto grupos de caçadores vêm nela a melhor forma de não desintegrar o grupo, preciso para a execução da caçada, por seu turno também economias complexas e diversificadas, como as do antigo Egito, Suméria, Babilônia e Peru, também a utilizaram. É indiferente se a obrigação da recolha vêm pelo parentesco, por laços de vassalagem, acordos políticos ou impostos diretos, em espécie ou em dinheiro. O que interessa é armazenar e redistribuir, o que exige uma organização central política e econômica desenvolvida. Polanyi cita como exemplos o incipiente estado trobriandês como um órgão de redistribuição (e não um órgão de defesa), assim como o sistema tributário dos estados nacionais modernos. Pode também ser aplicado a apenas parte da sociedade, como na alcazaba do noroeste africano, na casa patriarcal hebréia, na fazenda da Grécia antiga ou no feudo medieval, antes da mercantilização geral de todos os produtos, unidades em que o objetivo econômico é o abastecimento do grupo.

O intercâmbio é associado ao movimento bidirecional entre pessoas em que ambas pretendem ter o máximo lucro possível, sendo o regateio parte inerente do processo. Entretanto, sem a existência de um sistema de mercado, não será possível a formação de preços. Ou seja, nesse arranjo não se consegue a solução para o problema da determinação dos preços apenas pela via da ocorrência de atos de troca em si.

Vale dizer que não há nenhum tipo de esquema etapista no desenvolvimento dessas formas de integração, que podem coexistir em uma mesma sociedade, uma como dominante, outras como subordinadas. Podem desaparecer e ressurgir em momentos históricos distintos, dependendo das condições sociais e não de uma pré-existência de outra. A reciprocidade é dominante nas comunidades tribais, mais existe ainda no séc. XXI, e organizava boa parte do comércio exterior da Antiguidade. A redistribuição foi dominante nas sociedades antigas e também tribais, onde o intercâmbio tem um papel menor. O intercâmbio ganhou espaço na última etapa do império romano, atualmente é dominante na maioria dos estados industriais modernos, mas tem sua posição constantemente questionada. E o surgimento moderno do sistema de mercado enquanto propulsor da economia pode ser traçado desde o momento em que a terra e os alimentos básicos, além do trabalho passaram a ser mobilizados por seus mecanismos.

Entretanto, exceto no intercâmbio, em todas as outras formas de troca as quantidades e tipos de coisas envolvidas estão relacionadas diretamente ao tipo de relação social travada em família,

² Para uma argumentação mais completa, que estaria além do escopo desse trabalho, ver Polanyi, 1994 e 1980.

clã, distrito ou tribo. Cada uma dessas transações pode ser vista como residente em local separado na mente dos envolvidos. Elas têm terminologias próprias e conceitos globalizantes como prejuízos e lucros são inaplicáveis. Sendo assim, nesses sistemas é impossível organizar a economia como um sistema aparte das relações sociais que abarcam seus próprios elementos. Também tal não se faz necessário, uma vez que o conjunto integrado das relações sociais dá conta delas.

Por outro lado, nas sociedades arcaicas todos os princípios que inspiraram as primeiras instituições econômicas - além de outras- foram a necessidade de manter a coesão da comunidade, a solidariedade social. Aqui a reciprocidade desvia a atenção sobre o lucro, a vantagem egoísta, ressaltando a gratificação dos contatos mutuamente honoríficos entre pessoas ligadas por relações específicas de status e/ou amizade. Já a redistribuição reforça os laços comunais através de diversos traços psicológicos, como a identificação com o poder, a participação nos festejos de repartição, o prazer da ostentação da riqueza comum e etc. Todo esse espírito de solidariedade no campo econômico desestimula qualquer transação interesseira com alimentos e outros bens básicos, como a terra. De fato, existia quase um tabu que proibia que transações lucrativas se realizassem sobre o alimento. Quando se reconhece que o valor do *status*, do orgulho e da vaidade são tão eficazes para canalizar o egoísmo humano, quanto o desejo de lucro econômico, a primazia da racionalidade econômica retoma seu lugar como exclusivamente pertinente a arranjos sociais específicos, não lhe cabendo qualquer razão para merecer a universalização que a teoria econômica ortodoxa lhe estabelece.

Tendo o anterior em conta, Polanyi salienta que as experiências antigas e primitivas, por vezes distintas, relativas a diferentes posições de *status* existentes, se faziam sob o princípio de equivalência, da mesma forma que associava a cada membro uma quantidade de bens básicos como um direito econômico essencial, e como parte do direito à sobrevivência, por pertencer ao grupo. Entretanto, nas cidades-estado camponesas, como Atenas e em parte Israel, se desenvolveu uma forma diferente de lidar com a referida oposição comunidade/lucro.

Nestas sociedades as transações com os meios de sustento do homem se faziam em um local de mercado, embora a *ágora* ateniense não conhecesse a liberdade de mercado e a concorrência, sua derivada. Nem tampouco, o também conseqüente risco de monopólio, pois que a cidade-estado regulava as interações aí estabelecidas e era reconhecida como a única responsável pela redistribuição entre seus membros, embora tenha nessa situação se iniciado a possibilidade do exercício do lucro entre os próprios membros da comunidade. Nas palavras do próprio autor:

“Se havia admitido o princípio de troca lucrativa entre os membros da comunidade e a salvaguarda contra a discórdia havia desaparecido de suas fileiras. Além disso, os limites do mercado local estabeleceram limites para a expansão do Estado. A polis grega da mãe pátria, que devia tanto de sua radiante e vigorosa liberdade ao antigo uso das pequenas moedas nos populares mercados de alimentos, nunca chegou a dominar a

limitação territorial inerente à ágora nem a destrutiva luta de classes que parecia acompanhá-la sempre.” (POLANYI, 1994, p. 112, tradução nossa).

Seguindo o argumento de Polanyi, a aversão à troca de produtos alimentares básicos foi vencida não pelo mercado (e a alegada propensão humana para a troca, segundo ele inexistente) e sim pela utilização das instituições de equivalência, mecanismos de ordem social geral, que expressavam relações quantitativas sobre as quais se estabeleciam intercâmbios entre diferentes tipos de bens (por exemplo, uma jarra de vinho para uma porção de trigo ou um dia de trabalho). Deve se ter claro que as equivalências não se limitavam ao mundo das trocas nos mercados, uma vez que justamente movimentavam os suprimentos básicos nas sociedades antigas³.

Em presença da reciprocidade como regra, a contraparte por uma dádiva é determinada por convenção, já na redistribuição as equivalências têm um peso menor. Entretanto, se propiciam hábitos de substituição entre equivalentes, desde que os bens sejam por fim recolhidos e redistribuídos por um centro. Mesmo em presença desse arranjo seria forçado se referir a preços, na concepção moderna do termo.

Nesse sentido, o comércio natural aristoteliano é identificado como um intercâmbio sem lucro, estimulado como complemento natural para devolver a auto-suficiência em uma sociedade (ao homem grego) já intensamente diferenciada. Ou seja, as transações mercantis se intensificaram no mundo arcaico tendo em presença a solidariedade tribal e seu mecanismo de redistribuição, uma vez que se iniciou quando não era lucrativo, quando se realizava basicamente sobre os princípios de equivalência politicamente pactuados⁴: “o intercâmbio, o mais precário dos laços humanos, impregnou a economia quando pode servir para legitimar a comunidade” (POLANYI, 1994, p. 137). Pode-se, inclusive, identificar nessa perspectiva o gérmen do “preço justo”, instituição anterior ao atual preço de mercado que tanto influenciou os primeiros escritos econômicos propriamente ditos.

Daqui também se depreende o uso do dinheiro como padrão de valor de forma bastante efetiva, uma vez que após calcularem-se as ofertas mútuas em termos de equivalentes, a diferença restante pode ser paga em moeda. Não cabendo, portanto, lugar para qualquer inevitabilidade no surgimento do atual sistema de mercado formador de preços, pois na vigência das equivalências, essas eram capazes de propiciar os preços convencionados, tornando o uso do dinheiro como meio

³ “Uma definição útil de equivalência tem que se basear no fato de que seu fim indica o número de unidades de um tipo de objeto que, ao ser substituído por um número de unidades de outro, dá um resultado que não está relacionado com uma operação concreta seja a reciprocidade, a redistribuição ou o intercâmbio.” (POLANYI, 1994, p. 140, tradução nossa).

⁴ Algum traço de presença desses valores sociais pode ser ainda capturado na elaboração clássica da teoria do valor enquanto salvaguarda da justiça no sistema econômico. Sendo isso realizado por intermédio de sua exclusão da esfera econômica, uma vez que transporta toda a responsabilidade sobre o princípio de justiça para o sistema político e cultural, neutralizando assim as instituições tidas como puramente econômicas, como o mercado e o dinheiro.

de troca irrelevante. Reforçando, foi apenas no mundo moderno que a função de meio de troca ganhou importância sobre as outras, obliterando-as.

3. O caráter excepcional da instituição monetária moderna

A importância da perspectiva de Polanyi para o presente trabalho é dupla. Por um lado, demonstra que o dinheiro historicamente conviveu com o mercado, o comércio e os preços, conformando outros arranjos econômicos dinâmicos, ou seja, que a economia de mercado não é um arranjo inexorável, dados esses elementos em evolução. E por outro, alerta que os diferentes arranjos econômicos (de distribuição, de comércio e de organização da produção) que foram predominantes na época pré-moderna, ao continuar em atuação, embora obliterados pelo sistema de mercado atual, não evidenciam necessariamente nenhuma atitude pouco desenvolvida. Mas, sim, desenvolvida em um sentido diverso, sobre um outro modelo de sociedade ou apenas tributários de valores sociais não hegemônicos, indispensáveis para a continuidade da própria sociedade moderna.

3.1 É possível se contar uma história evolucionista da moeda?

Com base no acima exposto se torna difícil defender a noção corrente de evolução linear dos usos do dinheiro, não apenas porque não é comprovada empiricamente, mas também porque parte de pressupostos sobre a utilização pré-moderna do dinheiro que não se confirmam pelos estudos antropológicos e históricos mais recentes (POLANYI, 1994). Logo, nem todo dinheiro deve – ou mesmo pode – ser compreendido como dinheiro/moeda no sentido moderno de meio de troca universal.

“A análise dos dados oferecidos pelas sociedades primitivas e arcaicas revela que não se pode assegurar que o uso do dinheiro como meio de troca tenha dado origem aos outros usos do dinheiro. Pelo contrário, o pagamento, o depósito de riqueza e a unidade de conta tiveram origens diversas e foram institucionalizados independentemente uns dos outros. (...) Parece quase contraditório pensar que se podia pagar com um dinheiro que não se podia comprar, mas é precisamente isso que significa a nossa afirmação de que o dinheiro não era utilizado como um meio de troca e sim como um meio de pagamento.” (POLANYI, 1994, p.189, tradução nossa)

Quando existem obrigações a serem salgadas, o dinheiro desempenha o papel de torná-las quantificáveis e pagáveis (meio de pagamento); quando bens são guardados como tesouro ou para uso futuro se conforma como reserva de valor quando se utilizam mecanismos de equivalência, o dinheiro se ressalta como padrão de valor; e, quando existirem sistemas de mercado formadores de preços, o dinheiro será identificado basicamente como meio de troca. Ou seja, o dinheiro foi se modificando junto com as outras transformações sociais, servindo ora de agente integrador de certos valores, ora transformador de valores antigos. E ainda em algumas situações, ajudando a preservar posições tradicionais. Ao longo desse processo existiu um momento de ruptura, em que surgiu o

dinheiro moderno, espelho/motor da sociedade moderna. A moeda nacional contemporânea é fruto dessa ruptura, não de uma evolução natural.

Foi preciso libertar a moeda das amarras da moral antiusura para que ela pudesse realizar plenamente o papel de crédito e finalmente após sua completa desmaterialização (com emissão deslocada da produção), cumprir a inovadora função de capital imaterial, podendo dessa forma se legitimar como fim último do processo de acumulação, e não mais apenas como instrumento.

3.2 O surgimento da moeda moderna

Apenas após a cunhagem de moeda estar bastante desenvolvida nas cidades gregas, cinco ou seis séculos antes da era cristã, as finanças monetárias começaram a substituir as finanças básicas, assim mesmo, de forma bastante situada, uma vez que em outras regiões desenvolvidas da época, como o Egito dos Ptolomeus, permaneceram utilizando as finanças básicas e desenvolvendo-as a um nível de eficiência jamais alcançado. Entretanto, os impérios hidráulicos, na ausência do dinheiro enquanto meio de troca, estimulavam seu uso como unidade de conta, chegando a criar algo como um banco (segundo o autor, era mais um gestor das grandes diretrizes que controlava as finanças dos produtos básicos) para facilitar as transferências e liquidações de pagamentos. Similar, também ao ocorrido na administração dos grandes templos da antiguidade:

”Dessa forma se desenvolveram a liquidação, as transferências e os cheques não transferíveis, não como recursos de uma economia de intercâmbio, mas sim ao contrário, como mecanismos administrativos desenhados para fazer mais efetiva a distribuição e, portanto, para fazer desnecessários os mecanismos de mercado.” (POLANYI, 1994, p. 197).

Braudel também insiste em mostrar que tanto a moeda como outros instrumentos financeiros operavam desde muito, mesmo na ausência de um sistema de mercado, servindo a propósitos diferentes daqueles que atualmente lhes são imputados.

“Vinte séculos antes da era cristã, na Babilônia, utilizavam-se, entre mercadores da praça e banqueiros, notas, cheques, a que não é preciso exagerar a modernidade para admirar o engenho. Encontram-se os mesmos artifícios na Grécia e no Egito helenístico onde Alexandria se tornou “o centro mais freqüentado do trânsito internacional”. Roma conhece a conta corrente, o débito e o crédito do livro dos argentari. Enfim, todos os instrumentos de crédito – letra de câmbio, dinheiro à ordem, carta de crédito, nota de banco, cheque – são conhecidos dos mercados do islã, muçulmanos ou não (...) E a China utilizou a nota de banco desde o século X da nossa era.” (BRAUDEL, 1997, p. 432).

Entretanto, convém insistir que até o final da Idade Média os mercados não desempenharam papel importante no sistema econômico, prevalecendo outros mecanismos institucionais. Mesmo quando sob o sistema mercantil, a partir dos séculos XV e XVI, no Ocidente o uso da moeda e o apelo aos mercados se expandiram e tornaram-se a principal preocupação dos governos, eram,

então, mais controlados que nunca. A mudança que ocorre no início do século XIX, em direção a utopia de um sistema de mercado auto-regulável, é impensável para o sistema econômico de uma sociedade antiga. Retomando Polanyi,

“Ao denunciar o princípio da produção visando o lucro “como não natural ao homem”, por ser infinito e ilimitado, Aristóteles estava apontando, na verdade, para o seu ponto crucial, a saber, a separação de uma motivação econômica isolada das relações sociais na quais as limitações eram inerentes.” (POLANYI, 1980, p. 69).

Apesar da insistência mercantilista no comércio lucrativo como política nacional, sua relação com os mercados era oposta à economia de mercado, reforçando os impedimentos antigos que deixavam a terra e o trabalho de fora dos objetos do comércio⁵, pré-condição da economia moderna. Entretanto, terra e trabalho são nada mais que o meio ambiente natural onde existe a sociedade e os homens que a compõe, donde incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade ao seu funcionamento.

A própria natureza institucional de uma sociedade de mercado passa pelos métodos que permitem ao sistema de mercado dirigir os elementos reais da economia, o que se torna possível via a noção de mercadoria, e trabalhando como se todos os elementos do sistema fossem produzidos para a venda no mercado. Ou seja, aceitando socialmente que todos tivessem sido transformados em mercadorias, abre-se também uma nova perspectiva para o uso do dinheiro.

Considerando, então, que todos os componentes do sistema econômico são tratados como se fossem mercadorias, de fato seu funcionamento tenderá a subjugar todos os outros mecanismos sociais, pois seus fluxos só poderão se dar através da intervenção da moeda, sendo ela mesma administrada como se fosse uma mercadoria. Todos os componentes da sociedade devem então ter seu mercado próprio, organizado em termos de oferta e demanda de cada componente, determinando assim seu preço. Assim o somatório de todos esses mercados resulta no *sistema de mercado* propriamente dito, ungido pela teoria econômica liberal da capacidade de administrar “natural” e “racionalmente” toda a atividade humana.

Entretanto, nem o trabalho/homem nem a terra/meio ambiente são ou podem ser produzidos exclusivamente para a venda, e o dinheiro, mesmo na sociedade moderna, é por um lado, mais que um símbolo de poder de compra e, por outro, reflexo de complexas relações sociais definidas para além da esfera econômica da vida que se materializa, por assim dizer, através dos bancos e das finanças públicas. Mas que de qualquer forma também está longe de ser “produzido” para a venda. Ou seja, apesar de ser equivocada, a perspectiva que define o trabalho, a terra e o dinheiro enquanto

⁵ “As guildas artesanais e os privilégios feudais só foram abolidos na França em 1790; na Inglaterra, o Statute of Artificers só foi revogado em 1813/14 e a Poor Law elisabetana em 1834. O estabelecimento do mercado livre de

mercadoria tem oferecido o princípio de organização da sociedade como um todo, afetando praticamente todas as suas instituições. Utilizando-se diretamente das palavras de Polanyi:

“O postulado de que tudo o que é comprado e vendido tem que ser produzido para a venda é enfaticamente irreal no que diz respeito a eles [terra, trabalho e dinheiro]. Em outras palavras, de acordo com a definição empírica de uma mercadoria, eles não são uma mercadoria.(...)”

“Ora, em relação ao trabalho, a terra e ao dinheiro não se pode manter um tal postulado. Permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resultaria no desmoronamento da sociedade. (...) A extrema artificialidade da economia de mercado está enraizada no fato do próprio processo de produção ser aqui organizado sob a forma de compra e venda.” (1980, p. 86 e 87).

Compreende-se assim a economia de mercado como constituída sobre um mecanismo construído (não natural) que a tudo tenta transformar em uma transação de compra e venda. Ainda seguindo a tese de Polanyi, identifica-se o mecanismo que permitiu esse desenvolvimento como sendo o aparecimento das máquinas e fábricas simultaneamente complexas e especializadas, exigentes, de um fornecimento garantido de trabalho, terra e dinheiro para a sua expansão. Em se tratando de uma sociedade comercial, como era a Europa mercantilista, torná-los disponíveis à compra, mercantilizando-os, facilitaria a proliferação da industrialização. E o surgimento, em conjunto, da classe trabalhadora, possibilitou então um novo arranjo social: a sociedade de mercado, em que “uma riqueza nunca vista passou a ser companheira inseparável de uma pobreza nunca vista” (POLANYI, 1980, p. 110).

3.3 Moeda moderna e ruptura

Partindo tanto de uma análise mais histórica/institucional, como a de Polanyi, ou mais técnica/ortodoxa como a levantada no capítulo anterior desse trabalho, fica claro que a moeda moderna tem características que a diferenciam sobremaneira das moedas antigas. Um traço dessa ruptura deve ser identificado no seu reconhecimento atual como, fundamentalmente, um meio de troca, na sua utilização como equivalente geral e principalmente no poder que suas novas funções concentraram nas mãos de quem a emite/define/detém; principalmente a sua inigualável capacidade de servir de reserva de valor e, melhor ainda, ser autovalorizável (via mercado financeiro) em relação àqueles que a ela têm acesso reduzido e não intervêm na sua administração, e nenhuma dessas figuras pode ser reportada, com rigor, ao mundo pré-moderno.

trabalho não foi sequer discutido, em ambos os países, antes da última década do século dezoito, e a idéia de auto-regulação da vida econômica estava inteiramente fora de cogitação nesse período”. (POLANYI, 1980, p.83)

Em contraste com as moedas diferenciadas do mundo antigo, que favoreciam a articulação social via diferenciação social, parentesco e solidariedades internas, ao mesmo tempo em que dificultavam a monetarização, a unicidade e centralização na criação e utilização como equivalente geral da moeda moderna tende, inicialmente, a estimular formas mais homogêneas de organização em sociedade, embora destituídas de maior apelo à solidariedade interna. Antes pelo avesso, alimentando um espírito de concorrência e desresponsabilização em relação ao restante do edifício social. A moeda nacional não pode, portanto, ser compreendida como uma evolução das moedas primitivas. Ela como que chega de fora, concorrendo e subjugando as moedas antigas, como de resto refletindo a disputa entre duas formas de estruturar a própria sociedade humana.

No decorrer dos séculos XVII e XVIII esse novo e singular arranjo social foi se constituindo como dominante, entretanto não cabe no escopo desse trabalho discutir em profundidade esse momento transição, quando as novas relações econômicas se impunham. O que se torna indispensável reter é que nesse novo arranjo o Estado é a instituição responsável pela colocação em circulação e também pela disseminação do uso de uma “nova” moeda, como Galbraith nos relata:

“Com a ascensão desses bancos [públicos], caíram os lucros resultantes da fundição, adulteração e outras reduções do metal. No banco público, só contava o metal válido. E igualmente, ou mais importante ainda que isso, com o surgimento dos estados nacionais as moedas passaram a ser menos numerosas e eram melhor cunhadas. Assim, a cunhagem deixou de atrair a atenção de homens com instinto especulatório. Os retornos propiciados por essa engenhosidade tornaram-se baixos ou insignificantes.” (GALBRAITH, 1983, p. 16, grifo nosso).

Ou seja, não é apenas no nível cultural, por assim dizer, que acontecem as rupturas. Politicamente a moeda moderna também tem um caráter singular em relação à antiga, é irmã siamesa do Estado moderno. E aceitar essa perspectiva significa trabalhar sob a hipótese de que diferentes formas de dinheiro/moeda são construídas em diferentes momentos sócio-econômicos – e em simultâneo os constroem. Entretanto não é apenas a dinâmica monetária que se faz diferente de acordo com o arranjo; a psicologia social, os valores sociais e a política (no sentido de quem é beneficiado e quem perde) também são singulares. Nesse sentido, reforça-se a tese de que a moeda é mais que um símbolo. É parte atuante do sistema, e a forma como ela se apresenta em cada época compõe os mecanismos de transformação e manutenção dele.

Recordando, não se considera, entretanto, que o processo de transformação leve ao completo desaparecimento das formas anteriores, uma vez que o sistema dominante sempre guarda traços dos arranjos que subjugou. Trata-se, de fato, da necessidade de se aprofundar um pouco mais a discussão acerca do caráter, a forma e as funções dessa nova moeda, em parte já levada a cabo no capítulo anterior.

Uma economia de mercado só se materializa em uma sociedade de mercado; e mesmo dentro do contexto específico, pretensamente insulada do sistema social que caracteriza a moeda

moderna, não pode ser compreendida se analisada de forma desvinculada das interações (de fato existentes) com a totalidade do sistema social na qual está embebida. Sendo assim, no sentido pertinente para esse trabalho, só é possível se referir plenamente à moeda moderna a partir da consolidação do padrão ouro, no início do século XIX, um momento associado com o fim da transição e início da consolidação da economia de mercado. E se a história da moeda moderna começa em coincidência com o padrão ouro, é necessário compreender as pré-condições que permitiram sua constituição.

Na prática, em um sentido nacional elas se materializaram após o Banco da Inglaterra ir paulatinamente assumindo as modernas funções de um banco central nacional (regulador da oferta monetária e prestador em última instância), e após a circulação por cerca de trinta anos de emissões de notas pelo banco sem promessa de conversão em metal precioso⁶. Já pela perspectiva internacional foi apenas após a vitória inglesa sobre Napoleão e a assunção plena da liderança militar e econômica pela Inglaterra do cenário mundial que tal unificação encontrou ambiente. Evidentemente esta liderança tendia a ser contestada⁷, entretanto, a singular situação de equilíbrio de poder refletida na constituição e atuação do Concerto da Europa tem igual importância no grau de eficiência que o padrão ouro alcançou⁸.

“Orçamentos e armamentos, comércio exterior e matérias-primas, independência nacional e soberania eram, agora, funções da moeda e do crédito. Já no último quarto do século dezanove, os preços mundiais das mercadorias constituíam a realidade principal da vida de milhões de camponeses continentais; as flutuações do mercado monetário de Londres eram anotadas diariamente pelos negociantes de todo o mundo, e os governos discutiam os planos para o futuro à luz da situação dos mercados de capitais mundiais. Só um louco duvidaria de que o sistema econômico internacional era o eixo da existência material da raça humana.” (POLANYI, 1980, p. 35).

No decorrer desses dois séculos a instituição monetária não deixou de passar por transformações que, de certa forma, têm contribuído para desmistificar o caráter específico da moeda moderna. Uma vez que ela extrai a sua característica de equivalente geral da noção de que apenas o Estado (nacional moderno), com seu aparato legal e de coerção, é capaz de amparar o seu

⁶ Durante as guerras napoleônicas as notas bancárias não perderam muito de seu valor, apesar de não apresentarem mais conversibilidade em metal, talvez em função da perspectiva de um futuro resgate em caso de vitória. De qualquer forma parece que a população ia, pouco a pouco, se habituando a confiar nessas notas que tinham sua circulação promovida, em primeira instância pelo próprio Estado.

⁷ “O padrão ouro e o constitucionalismo eram os instrumentos que tornaram conhecida a voz da City de Londres em muitos países menores que adotaram esses símbolos de adesão à nova ordem internacional. Às vezes a Pax Britannica mantinha esse equilíbrio através dos canhões dos seus navios, entretanto, mais freqüentemente, ela prevalecia puxando os cordéis da rede monetária internacional.” (POLANYI, 1980, p. 32).

⁸ “O comércio se unira definitivamente à paz. No passado a organização do comércio fora militar e guerreira. (...) Tudo isso já havia sido esquecido. O comércio dependia agora de um sistema monetário internacional que não podia funcionar numa guerra generalizada.” (POLANYI, 1980, p.33).

valor, a idéia de que a moeda sacaria seu valor de características intrínsecas⁹ terminou caindo em desuso e, atualmente, quase que desapareceu do cenário social qualquer prática que possa alimentar essa ilusão. O próprio padrão ouro¹⁰, foi substituído, após um pequeno período de crise (1971-1979), pelo padrão dólar flexível (SERRANO, 2002). E, por isso mesmo, ao longo desse trabalho a moeda moderna vem sendo chamada indistintamente de moeda nacional, contrapondo, de certa forma, à utopia da completa descolação do subsistema econômico do sistema social.

Desde pelo menos 1971 (com o abandono unilateral daquilo que restava do padrão ouro pelos Estados Unidos), o mundo industrializado trabalha com uma moeda fiduciária e inconversível, que depende explícita e unicamente do controle dos governos nacionais para ter sua emissão e multiplicação organizada, e, no caso do comércio internacional, tributária do governo da economia disparadamente mais forte do sistema: a norte-americana.

Não é menos relevante – e por isso merece ser lembrado – que, como já discutido no capítulo anterior, tanto uma moeda-mercadoria como uma moeda-fiduciária devem ser admitidas como sem “padrão objetivo”, possuindo, de fato, apenas um valor que é nominal e denominado, em última instância, pelo Estado. Ou seja, que de certa forma o que a utilização expressa de uma moeda fiduciária proporciona é acima de tudo a explicitação dessa realidade intrínseca à moeda.

Entretanto, o ambiente do próprio subsistema econômico mudou significativamente nos últimos vinte anos, com o avanço sem precedentes da moeda financeira sobre a moeda primária e, em função da forma como vem sendo administrada, a moeda tem tido todos os incentivos para “estacionar” no setor financeiro da economia – que concorre com o produtivo pelos capitais disponíveis. Dessa forma, a daqui para frente chamada “moeda contemporânea” conforma um subtipo da moeda moderna que, ainda de maneira mais radical, quando atinge o setor produtivo, impulsiona-o para um crescimento quantitativo como forma de dar retorno ao capital aí investido – em detrimento de parâmetros considerados qualitativos, que levem em consideração o tipo de crescimento econômico levado a cabo, além das conseqüências sociais e ambientais (no fundo, econômicas também, só que de longo prazo).

4. A moeda moderna e os modelos de desenvolvimento

O fato de que hoje o mundo transaciona com uma moeda-penhor, que reflete não as riquezas circulantes e sim as riquezas “virtuais” (CORDEIRO, 1995), talvez realizáveis qualitativa e/ou quantitativamente em um devir, precisa ser melhor compreendido pela teoria social, e embora

⁹ Para um questionamento mais “a quente” dessa celeuma ver *Da Moeda*, de Galiani (2000), obra editada originalmente em 1751.

¹⁰ Que pode ter sua vigência dividida em dois períodos: padrão ouro-libra, de 1819 até 1914 e padrão ouro-dólar, da pós-Segunda guerra até 1971. (SERRANO, 2002).

trabalhar em profundidade essa questão esteja acima do âmbito desse trabalho, não se pode deixar de tocar na questão.

4.1 O significado social do dinheiro contemporâneo

No Brasil, a emissão primária de moedas e notas pelo Banco Central representa cerca de 4%¹¹ dos meios de pagamento ampliados (M4)¹² e 38% do conceito restrito de moeda (M1)¹³. Isso significa que de cada 100 Reais em circulação, 96 deles chegam ao público através dos bancos comerciais, que os colocam na mão dos cidadãos (investidores e trabalhadores) via concessão de crédito, ou seja, com a obrigação de retornarem aos bancos trazendo consigo uma quantidade extra de dinheiro suficiente para pagar os juros correspondentes ao empréstimo.

O que se conclui dessa assertiva é que o próprio processo de criação da moeda contemporânea se dá de tal forma que ela chega à sociedade já sob o peso do pagamento de juros, o que estimula um comportamento econômico extremamente competitivo, uma vez que apenas os que se mostrarem capazes de angariar os fundos necessários para o pagamento desses juros iniciais terão acesso a ela. De acordo com Lietaer (1998):

“Creio que a cobiça e a concorrência não são resultado de um temperamento humano imutável, eu cheguei a conclusão que a cobiça e o medo da escassez na realidade estão sendo continuamente criados amplificados como consequência direta do tipo de dinheiro que estamos utilizando. Por exemplo, podemos produzir mais alimento que o suficiente para alimentar a todo o mundo e existe trabalho suficiente para todos no mundo, entretanto, claramente, não existe dinheiro suficiente para pagar por todo esse trabalho. A escassez está em nossas moedas nacionais. Na realidade, a tarefa dos bancos centrais é criar e manter essa escassez de divisas e a consequência disso é que então temos que brigar uns com os outros a fim de sobreviver.”

Em verdade, o fato dos recursos naturais serem limitados para o usufruto do mundo econômico não permite concluir que a moeda, naturalmente, também o seja. A escassez contemporânea de moeda é gerenciada socialmente, de maneira cada vez mais freqüente, desvinculada dos objetivos do lado real da economia.

¹¹ Valor muito próximo da média mundial. Dados de Novembro de 2005, segundo o Banco Central.

¹² Segundo o glossário do Banco Central, o meio de pagamento ampliado: “inclui moeda legal e quase-moeda, correspondendo aos instrumentos de elevada liquidez, em sentido amplo. O M2 corresponde ao M1 mais as emissões de alta liquidez realizadas primariamente no mercado interno por instituições depositárias - as que realizam multiplicação de crédito. O M3 é composto pelo M2 e as captações internas por intermédio dos fundos de renda fixa e das carteiras de títulos públicos federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). O M4 agrega o M3 e a carteira livre de títulos públicos do setor não financeiro”.

¹³ Meio de pagamento, segundo o Banco Central corresponde ao “conceito restrito de moeda (M1). Representa o volume de recursos prontamente disponíveis para o pagamento de bens e serviços. Inclui o papel-moeda em poder do público, isto é, as cédulas e moedas metálicas detidas pelos indivíduos e empresas não financeiras e, ainda, os seus depósitos à vista efetivamente movimentáveis por cheques”.

Esse é evidentemente um traço de singularidade em relação às moedas pré-modernas. É certo que o juro já fazia parte do cenário da economia antiga, entretanto, além das limitações morais que sua cobrança sofria, não estava imbricado tão diretamente no processo de criação da moeda como agora. Quando os bancos antigos emprestavam mais que o ouro que tinham, criavam mais moeda também portadora de juros. Entretanto a parcela que era garantida (metal) não tinha juros embutidos. Atualmente essa garantia é, fundamentalmente, baseada em títulos do governo, também passíveis de juros. Na atualidade esse movimento múltiplo impulsiona geometricamente o peso dos juros em todo o sistema econômico. Não se pode olvidar da natureza dual que a moeda carrega, ora bem público, do ponto de vista do seu funcionamento, ora mercadoria privada, na medida em que é criada também por agentes privados que vêem nela a possibilidade de realização de seus ganhos (GUTTMANN, 2003).

Atualmente a pressão que os juros exercem sobre a sociedade pode ser visualizada também através da diferença entre as taxas lineares de crescimento que a produção é capaz de manter (mesmo quando acelerada) em relação às cifras de crescimento geométrico que o setor financeiro apresenta.

4.2 Moeda e desenvolvimento

Se por um lado à própria natureza financeira da moeda contemporânea influencia o padrão de desenvolvimento econômico, por outro se pode inferir que essa mesma natureza tem contribuído para estimular o denominado “lado financeiro” da economia em detrimento do “lado real”. Tal situação foi agravada com a desregulamentação dos mercados financeiros nacionais e internacionais, segundo Singer (2000, p. 118):

“Antes desta mudança os governos nacionais regulavam a entrada e saída de valores dos seus países visando equilibrar seus balanços de pagamento. A liberalização dos fluxos internacionais de capitais resultou do relaxamento dos controles até a sua completa eliminação. Em conseqüência, a riqueza financeira globalizada, que circula com desenvoltura por dezenas de mercados nacionais, possivelmente se tornou muito maior que os ativos financeiros nacionais aplicados em cada país.”

A relação entre o movimento financeiro (de papéis) e o movimento de mercadorias diário era estimada na ordem de 2 para 1 no tempo de Keynes, de 50 para 1 em 1995, e de 70 para 1 em 2000 (DOWBOR, 2002). Atualmente, dentro da lógica estritamente econômica, submetida à hegemonia do subsistema financeiro, faz sentido cortar árvores e depositar o dinheiro no banco, pois ele se valorizará mais rápido e eficientemente que o crescimento e a produtividade das referidas árvores. Também faz sentido poupar na hora de construir uma casa, e pagar aos poucos o combustível necessário para aquecê-la, mesmo que esse combustível provenha de uma fonte não renovável ou altamente poluidora (petróleo e energia atômica, por exemplo), desde que a

temporalidade financeira acelerada continue a dar conta da valorização do capital, da moeda, em face da sua escassez relativa (LIETAER, 1998; 2001).

A moeda moderna possibilita o acúmulo de “poder de compra” sobre qualquer bem em qualquer momento (ao contrário da poupança em espécie), não se desvaloriza com o tempo e ainda rende juros. Como isso se dá de forma virtual, apenas na construção cultural/social, no lado real da relação, muitos ecossistemas e pessoas são despojados de seus rendimentos e produção para poder alimentar esse pagamento, que pela reprodução material não é realizável no mesmo ritmo. Talvez por isso o dinheiro seja, hodiernamente, associado a um modelo econômico que se materializa na espoliação do homem pelo homem e da natureza pelos homens, ao mesmo tempo em que também representa a melhor forma de reserva de valor disponível na economia.

A economia contemporânea ao se fazer tributária do setor financeiro (refletindo no pagamento de taxas de juros bastante superiores às taxas de lucro que o setor produtivo vem alcançando) está incorrendo em uma situação considerada inconsistente com uma economia de mercado para os economistas clássicos, pois nesse contexto, a drenagem de moeda do setor produtivo para o financeiro é irreversível.

Em última instância esse estilo de acumulação de capital perverso é ancorado nos impostos recolhidos pelo Estado no setor produtivo, que através da emissão (e conseqüente pagamento de juros) de títulos da dívida pública “lastreia” o mercado monetário/financeiro. O setor produtivo se vê assim duplamente pressionado; por um lado é acirrada a concorrência interna, tendo como um dos efeitos principais a redução da remuneração do trabalho como forma de liberar recursos para investimentos, uma vez que, por outro lado, a competição pelos capitais necessários para o investimento conta com a participação do próprio setor financeiro que também disputa os capitais ociosos - desestimulando a própria produção - incitando verdadeiras sociedades rentistas, não mais baseadas na renda da terra (como na antiga Inglaterra) e sim sobre o próprio dinheiro. Tal processo acaba transferindo o dinheiro transformado em capital imaterial, da periferia do sistema para o centro; dos países em desenvolvimento para os desenvolvidos, consolidando um modelo de modernização e desenvolvimento nucleado no dinheiro e não nas aspirações humanas. Buscam-se sempre maiores lucros financeiros em detrimento de melhores produtos e serviços. O homem é, nesse sentido, muito mais um fator da produção que sua finalidade.

Entretanto, a idéia mesma de um dinheiro universal, com sua respectiva taxa de juros e também de universalização da produção capitalista nunca esteve tão materializável quanto agora; como também a especulação no mesmo nível, capitaneada pelo sistema financeiro norte-americano:

“A supremacia do sistema financeiro americano é resultante de uma combinação própria, historicamente construída, pelo poder de Estado, pelo capital financeiro e pela moeda fiduciária da financeirização que, além das funções conhecidas, cumpre a de ser instrumento mundial de valorizações fictícias. A existência desse sistema e

a do dólar como dinheiro mundial sem lastro são indissociáveis e foi como tal que ergueram uma potência e amplitude jamais vistas na história do capitalismo.” (BRAGA e CINTRA, 2004, p. 253).

Uma vez mais, se os mecanismos que permitiram essa situação estão acima dos objetivos do presente trabalho, suas conseqüências estão na origem da própria reinvenção do processo de criação da moeda sugerida pela dinâmica da moeda social e, no entanto, mesmo dentro da dinâmica própria da economia moderna experiências de gestão diferentes das indicadas nos livros textos de economia são realizadas.

4.3 O exemplo norte-americano

O exemplo da história monetária norte-americana pode ser utilizado de forma a se “vivenciar” como a gestão da moeda por parte do Estado pode estimular modelos diferentes de desenvolvimento, atendendo a demandas específicas de acordo com as necessidades regionais, apesar (e com) os conflitos internos e as diferenças de interesses, típicos de um país tão vasto e recente como os Estados Unidos.

Nos Estados Unidos, um padrão misto, composto por diversos produtos sendo utilizados como dinheiro, perdurou até a constituição colocar a moeda sob a alçada exclusiva do governo federal - concha, fumo, arroz, gado e outros foram declarados ocasionalmente como meio legal para liquidação de dívidas,¹⁴ além do ouro e da prata.

Segundo Galbraith (1983), historicamente os norte-americanos são conotados com certo horror ao pagamento de impostos como forma de financiamento do Estado, tendo demonstrado maior facilidade para lidar com diferentes experiências monetárias visando tal fim, sendo que a própria Revolução Americana foi financiada basicamente pela emissão de “continentais”, a moeda emitida pelo congresso continental, acrescida das moedas estaduais e, em pequena proporção, por empréstimos externos.

“No pensamento de alguns conservadores dessa época, também deve ter havido um sentido duradouro do serviço singular que o papel-moeda tinha, no passado recente, prestado à revolução. Não apenas à Revolução Americana tinha sido financiada desse modo. Também tinha sido assim na erupção socialmente muito mais terapêutica na França. Se os cidadãos franceses tivessem sido obrigados a agir segundo os cânones financeiros convencionais, não poderiam ter agido, e tampouco os americanos o teriam feito. Se o papel tinha ajudado revolucionários antes, por que não poderia novamente – como aconteceria na Rússia depois de 1917, e na China após a Segunda Guerra Mundial?” (GALBRAITH, 1983, p. 67).

Sob tais circunstâncias históricas e com uma economia já profundamente monetizada, a dispersão ou centralidade da emissão do papel-moeda e seu grau de conversibilidade se tornam

¹⁴ Em 1727, notas ou certificados baseados em fumo passaram a ser a moeda legal na Virgínia e continuaram a ser usados até o final do século. Tão íntima era a associação entre o fumo e a moeda que o papel-moeda de Nova Jersey, um estado não produtor de fumo, trazia em seu avverso uma folha de fumo, bem como a advertência exigente: “Falsificar representa a Morte”. (GALBRAITH, 1983, p. 54)

razão de disputa. De qualquer forma, a moeda contemporânea como já comentado, ultrapassou a celeuma da conversibilidade, exibindo a necessária face da negociação social sob a qual se dá a sua emissão tendo superado esse subterfúgio. No fundo a discussão sobre ser ou não conversível mascarava a disputa sobre quem (que setores sociais) teria o poder de emití-la, multiplicá-la, defini-la, em última instância. A discussão não é, de fato, sobre se ela é melhor, mais forte ou pior, fraca, e sim sobre que objetivos econômicos e políticos ela vai responder prioritariamente, como Galbraith aponta (1983, p.71-72): “Após a Revolução, a União Soviética, como os outros estados comunistas, tornou-se um defensor severo de preços estáveis e uma moeda forte. Mas os Russos, não menos do que os americanos ou franceses, devem sua revolução ao papel”.

Ainda segundo Galbraith, durante cerca de cem anos a partir de 1832, os Estados Unidos viveram um sistema monetário dualista como forma de responder as diferentes demandas por crescimento de cada região onde “cada uma das partes ajustava as necessidades e predileções da região do país ou parte da economia que atendia”. (1983, p.92). Para a comunidade financeira, comercial e credora, situada principalmente no leste havia uma moeda forte e bancos sob o controle estrito do Estado, capazes de emitir notas bancárias e depósitos confiáveis e, para as regiões em desbravamento ou construção, bancos aventureiros, que emprestavam a cidadãos também aventureiros, sem grandes garantias de ambos os lados, mas com abundância de papel-moeda suficiente para colocar o agricultor de posse de terra, gado, sementes e outros implementos que precisava para começar a produzir. Sendo assim, mesmo com suas sucessivas falências esses bancos e suas notas/moedas permitiram a “conquista do oeste” e a própria formação do mercado norte-americano.

“A anarquia auxiliava a fronteira oeste muito mais do que um sistema ordenado que mantivesse um controle estrito sobre o crédito. E não havia confusão ingênua alguma entre moeda e capital. Para o colonizador, as notas que recebiam do banco *eram* capital, pois elas permitiam que conseguisse capital. (...) Os que afirmavam em contrário estavam demonstrando, tanto nessa época como ainda hoje, que o chamado pensamento econômico válido freqüentemente nada mais é do que um espelho das necessidades dos grupos respeitavelmente ricos”. (GALBRAITH, 1983, p. 93).

Durante boa parte desse período o mundo ocidental vivia sob a égide do padrão ouro-libra, uma forma de sistema monetário internacional que “simplificava e tornava seguras as relações entre as moedas de diferentes países e dava aos países industriais e seus impérios uma única moeda” (GALBRAITH, 1983, p. 111). E, na medida em que o século XIX termina e se inicia o século XX a especulação deixa de ser uma ocorrência local para se transformar em um fenômeno nacional, refletindo o grau de integração já alcançado também pela economia norte-americana.

“A especulação com terras ocorreu nas regiões agrícolas e de fronteira da colonização. O mesmo aconteceu com a especulação que antecedeu ou seguiu-se à

chegada das ferrovias. O colapso dessa especulação afetou principalmente os bancos do interior. A especulação em títulos, em contrapartida, foi uma atividade que envolveu os centros financeiros. Os empréstimos para a compra de títulos foram feitos pelos bancos das grandes cidades. Esses bancos também subscreveram e compraram ações e debêntures. Quando os preços destas caíram os bancos das cidades é que foram afetados, e seus depositantes alarmaram-se e correram em busca do seu dinheiro. (...) O pânico de 1907, ao contrário dos anteriores, não veio do interior, foi um produto nova-iorquino.” (GALBRAITH, 1983, p. 120-121).

A questão chave levantada pela análise de Galbraith para esse trabalho reside no fato de salientar que o sistema dual permitiu que as oportunidades que a nascente economia norte-americana oferecia para aqueles que tivessem condições de deter propriedades, fossem apropriadas de maneira disseminada, pulverizada, através da atuação da atividade bancária diferenciada – criação em paralelo de moedas fortes e fracas, ordenadamente insuladas pela própria atuação do Estado em conjunto com os banqueiros.

Ou seja, que mesmo funcionando dentro da lógica restritiva da moeda moderna, a diversidade na concepção do instrumento monetário (se, por exemplo, mais audaz, volumoso e distribuído ou mais conservador, escasso e concentrado) influencia a forma e as possibilidades de desenvolvimento de uma sociedade. Por isso o autor ressalta não só o papel “revolucionário” que o dinheiro abundante pode ter, mas também o de “articulador” do próprio mercado interno norte-americano desempenhado pela abundância propiciada pela ambivalência do sistema monetário de então. E de “ordenador” desse mesmo mercado e do mercado externo desempenhado pelo conservadorismo da faceta ortodoxa desse sistema - representado pela moeda forte. Apenas a partir de 1933 todos os bancos norte-americanos foram subordinados a uma supervisão eficaz e seus depósitos foram assegurados (GALBRAITH, 1983, p. 127). Até então a gestão se dava mais por anuência (ou não) com as manobras locais.

Atualmente não se pode perder de vista que a recente (e enorme) financeirização (dominação financeira¹⁵) que a economia norte-americana (e mundial) atingiu, foi erguida sobre uma idéia nacional de retomada de hegemonia pelo próprio país:

“A partir desta reviravolta de Volcker (presidente do FED, em 1979), os EUA declararam que o dólar se manteria como padrão internacional e que a hegemonia de sua moeda ia ser restaurada. (...) pode-se afirmar que a política econômica do governo Reagan (que se seguiu a esses acontecimentos) não resultou absurda para os interesses nacionais americanos – como quase todos os economistas apregoaram quando de sua formulação – embora tenha ocasionado uma pressão verdadeiramente “imperial” sobre o resto do mundo.” (TAVARES, 1985, p.6).

Por tanto, uma vez mais, tendo em vista certo modelo de desenvolvimento e o papel específico a ser ocupado pela nação norte-americana, a própria concepção da moeda facilitou o surgimento de novos ativos financeiros, adaptados a uma nova política monetária nacional, com

resultados deveras heterodoxos. Vale aqui a colocação de Tavares sobre a relação privilegiada que a economia norte-americana conseguiu para si nesse contexto de financeirização:

“Muita gente afirma que o elevado patamar de taxas de juros real vai acabar, cedo ou tarde, freando o gasto em investimento. Convém advertir que os americanos não estão financiando o investimento através do mercado de capitais. Não há mercado de capitais novos; o mercado relevante hoje é o monetário ou o de crédito de curto prazo. Os americanos, vale reafirmar, estão substituindo o tradicional endividamento de longo prazo (através da emissão de debêntures, *equities*, etc.) por crédito de curto prazo ou utilizando recursos próprios e de capital de risco externo.” (TAVARES, 1985, p. 11).

Tavares (com Melin) em seu Pós-escrito de 1997 ao texto citado de 1985 não só reafirma a observação de que a “diplomacia do dólar” é exercida no sentido de restaurar a economia americana como dominante, como também que com a desregulação financeira e cambial global o movimento do capital financeiro (com seus ganhadores e perdedores) tem contribuído para reforçar a posição financeira do dólar. A moeda norte-americana tem sido o denominador comum¹⁶ dos mercados mais dinâmicos, os de derivativos ligados a operações de securitização de risco e arbitragem financeira¹⁷.

Retomando-se a discussão sobre a natureza da moeda moderna e seu significado, pode-se, agora, estender o raciocínio sugerido pelo passado dualista do sistema norte-americano e sua atual plasticidade para a noção contemporânea de moedas paralelas sobre a qual Jérôme Blanc se debruçou.

5. As moedas paralelas: o pluralismo na unidade

Segundo Blanc (1998)¹⁸, as moedas paralelas são aquelas que substituem a moeda nacional (legal, escritural e as quase-moedas) em uma ou outra situação específica, às vezes mesmo de forma geral, como quando uma moeda estrangeira chega a ocupar completamente o lugar da nacional enquanto meio de pagamento. Logo, as moedas paralelas são definidas como: unidades de cobrança diferentes das unidades de cobrança nacional; e meios de pagamento diferentes dos meios de pagamentos nacionais. Tendo em conta que qualquer bem pode servir de reserva de valor, não se caracterizando, em função exclusiva disso, em instrumento monetário.

De acordo com a sua origem Blanc as classifica em quatro grupos:

¹⁵ Para um aprofundamento dessa noção, ver BRAGA, 1997.

¹⁶ “Nesses mercados, a denominação em dólar nas operações plurimonetárias cumpre três funções primordiais para o capital financeiro internacional: provê liquidez instantânea em qualquer mercado; garante segurança nas operações de risco; e serve como unidade de conta da riqueza financeira virtual, presente e futura.” (TAVARES e MELIN, 1997, p. 63 e 64).

¹⁷ “O valor do dólar é fixado pela taxa de juros americana, que funciona como referência básica para o sistema financeiro internacional em função da capacidade dos EUA em manterem sua dívida pública como título de segurança máxima no sistema.” (TAVARES e MELIN, 1997, p. 64).

¹⁸ E em acordo com a elaboração sobre a moeda levantada no presente trabalho.

A. Derivadas de uma coletividade territorial

São as moedas estrangeiras ou nacionais porém, locais ou regionais ou mesmo moedas nacionais antigas. Podem ter seu papel limitado, como os bônus de privatização da Europa central e oriental no início dos anos de 1990 ou as desde sempre generalistas, como as divisas estrangeiras, de países economicamente mais fortes.

B. Derivadas de organizações de tipo comercial ou administrativo

São os instrumentos criados por instituições comerciais ou administrativas, podem ser as chamadas moedas privadas ou de emergência quando criadas especificamente para esse fim e engloba também os sistemas de fidelidade via pontuação, ou qualquer outro vale que permita adquirir bens e serviços, dentro das limitações que a lei discrimina.

C. Derivadas de coletividades de pessoas com vocação não comercial

São os instrumentos criados por coletividades sem intenção comercial ou intervenção estatal.

D. Instrumentos de origem não especificamente monetária

Compostos por instrumentos que exercem um papel monetário apenas em determinadas circunstâncias, mas que não foram criados com esse fim, como alguns bens utilizados esporadicamente como instrumento monetário.

Além do conceito de moeda paralela Blanc levanta também a categoria transversal das paramoedas, que se definem por serem utilizadas à margem da moeda nacional e não em concorrência com ela. Em qualquer uma das quatro categorias de moedas paralelas o autor identifica a presença de paramoedas, com a sua vocação de complementar à moeda nacional justificada por só poderem ser utilizadas ou pelo grupo específico de participantes do processo promocional, como os vales de alimentação e pontuações comerciais; ou pelos associados a alguma entidade, como nos clubes de troca¹⁹.

A observância do fenômeno das moedas paralelas não deve, contudo, ser percebida como uma negação do poder unificador (de equivalente geral) que a moeda moderna concentra. A moeda estrangeira é também uma moeda nacional, e as moedas locais também se valem da institucionalidade do poder local. Todas as outras modalidades também dependem, em maior ou menor grau das mesmas estruturas que a moeda nacional (a institucionalidade do Estado e seu aparato jurídico-coercivo), além de partilharem, no geral, da sua natureza. Ou seja, representam mais uma disputa sobre quem e em que condições se darão à emissão/utilização do dinheiro do que uma grande variação sobre a sua essência. Até porque a endogenidade da moeda (legal e também as paralelas) não é ilimitada. “Os agentes podem criar substitutos perfeitos para a moeda apenas na extensão em que a autoridade monetária estiver de acordo em garantir a sua retaguarda”

¹⁹ O próximo capítulo tratará do assunto com maiores detalhes.

(CARVALHO, 1992, p. 184) e tal limitação também vale para as moedas paralelas, mesmo em uma perspectiva exclusivamente econômica.

No entanto compreende-se que numa abordagem interdisciplinar, levando em conta as moedas paralelas imperfeitas (aquelas que não são moedas estrangeiras), ainda assim ou sobremaneira assim, que o Estado (além de outras instituições sociais) precisa apoiar a circulação e conformar as condições de confiança e continuidade inerentes ao funcionamento de qualquer moeda.

O reconhecimento das moedas paralelas como componentes da instituição monetária ajuda a perceber a necessidade de se tirar a análise do dinheiro do campo disciplinar, para realizá-la de forma interdisciplinar, procurando responder a inserção do dinheiro na globalidade do sistema social; ao mesmo tempo em que permite compreender as potencialidades e limites da moeda social – que se insere nesse escopo maior de conhecimento.

Entretanto não se pode olvidar que os elementos desse conjunto de instrumentos monetários não deixam de estar inseridos em um sistema que funciona de forma hierárquica – sob o princípio comum de proporcionar comensurabilidade e solução de dívidas (POLANYI, 1994 e BLANC, 1998).

“Se, em efeito as práticas monetárias dos atores compreendem de maneira permanente e não traumática uma série de instrumentos monetários, além das moedas nacionais, isto significa que os princípios comuns a todos esses instrumentos monetários presidem seu emprego.” (BLANC, 1998, p. 8, tradução nossa).

É possível então se fazer uma analogia entre a posição da moeda nacional na instituição monetária, segundo Blanc, e o capitalismo, como Braudel (1995) o concebe: não “ocorre” em todas as escalas simultaneamente, mas vai, paulatinamente, domesticando todas elas; uma vez que, na perspectiva apresentada por Blanc a sociedade surge como uma comunidade de pagamento, composta por grupos monetários hierarquicamente articulados, sendo a comunidade de pagamentos aqueles que se identificam com o sistema monetário nacional, e os grupos monetários conjuntos de atores com práticas monetárias homogêneas (porém distintas entre si) e hierarquicamente inseridas dentro da comunidade de pagamento.

Recordando, pode-se concluir que da interação entre o mercado, o comércio e o dinheiro surgiram diversos arranjos econômicos que apesar de serem qualitativamente indistintos, são muito díspares entre si e respondem a sistemas de valores sociais diferentes. E mais, que mesmo em vigência de valores da sociedade de mercado a moeda apareceu como uma instituição mais moldada por objetivos de cunho político e ideológico do que estritamente econômico; como a experiência norte-americana relatada no item anterior ajudou a demonstrar.

6. Referências bibliográficas

- BLANC, Jérôme. *Las monedas paralelas: evaluación y teorías del fenómeno*, 1998.
Disponível em: <<http://money.socioeco.org>> Acesso em: 20 ago. 2002.
- BRAGA, J.C. de Souza; CINTRA, M.A. Macedo. Finanças dolarizadas e capital financeiro: a exasperação sob comando americano. In: FIORI, J. L. (org.) *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BRAUDEL, Ferdinand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. v.1
- CARVALHO, Fernando. J. C. Moeda, produção e acumulação. In: SILVA, M. Luiza F. (Org.) *Moeda e produção: teorias comparadas*. Brasília: EDUNB, 1992.
- _____. Mercado, estado e teoria econômica, uma breve reflexão. *Econômica*, Niterói, v. 1, n. 1, jun. 1999.
- CORDEIRO, Renato C. *Da riqueza das nações à ciência das riquezas*. São Paulo: Loyola, 1995.
- DOWBOR, Ladislau. *A reprodução social*. v. 1, Petrópolis: Vozes, 2002.
- GALBRAITH, John Kenneth. *Moeda: de onde veio, para onde foi*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1983.
- _____. *O novo estado industrial*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____. *El poder y el economista útil*. Disponível em: <<http://eumnet/cursecon/textos>>. Acesso em: 11 abr. 2004.
- GUTTMANN, Robert As mutações do capital financeiro. In: CHESNAIS, F. A *mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.
- _____. La moneda em la teoría de la Regulación. *Noticias de la regulación*, n. 10, fev, 1994.
- _____. Cybercash: La era de la moneda electrónica, *Noticias de la regulación*, n. 44, abr, 2003.
- LIETAER, Bernard. Mas allá de la codicia y la escasez: el futuro del dinero. *Yes*, [s.n.] 1998. Entrevista concedida a revista Yes.
- _____. *The future of money: creating new wealth, work and wiser world*. Londres: Century, 2001.
- MENDES, Antônio. ; NASCIMENTO, Edsom. Estudo do direito monetário: a moeda e suas funções; obrigações monetárias; estipulação e indexação de obrigações monetárias. *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 35, jun. 1991.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação - As origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- _____. *El sustento del hombre*. Barcelona: Biblioteca Mondadori, 1994.
- SERRANO, Franklin. Do ouro imóvel ao dólar flexível. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 2, jul./dez. 2002.
- SINGER, Paul. *Para entender o mundo financeiro*. São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, Paul; SOUZA, André. (Org.) *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- TAVARES, M^a Conceição; MELIN, Luiz E. Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M^a Conceição e FIORI José L. (Orgs.) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- TAVARES, M^a Conceição; FIORI José L. (Orgs.) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.